

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

# Educação Permanente e Educação de Adultos no Brasil

PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
Emílio Garrastazu Médici

MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA  
Jarbas Gonçalves Passarinho

M O B R A L

PRESIDENTE  
Mário Henrique Simonsen

SECRETARIO-EXECUTIVO  
Arlindo Lopes Corrêa

ARLINDO LOPES CORRÊA  
Secretário-Executivo do MOBRAF

# Educação Permanente e Educação de Adultos no Brasil

# SUMÁRIO

## **APRESENTAÇÃO**

### **PARTE I — OS CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO PERMANENTE**

- CAP. 1 — A DESCOBERTA DA EDUCAÇÃO
- CAP. 2 — O VALOR DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS
- CAP. 3 — POR UM SISTEMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE
- CAP. 4 — CONDIÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO  
DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

### **PARTE II — A EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL**

- CAP. 5 — DESENVOLVIMENTO RECENTE DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL
- CAP. 6 — ENTIDADES ATUANDO NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL
- CAP. 7 — A POSIÇÃO DO MOBRAL

# Apresentação

ORGANIZAÇÃO

ORGANIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Uma das finalidades básicas deste documento é mostrar como se desenvolvem atualmente as atividades de educação de adultos no Brasil, descrevendo a ação das instituições nacionais de maior importância que a ela se dedicam (Capítulos 5 e 6).

Não há grande empenho em realizar-se, dado o escopo deste documento, uma análise histórica detalhada da educação de adultos no Brasil. Isso, aliás, seria desnecessário em face de nosso País ter-se limitado, até há pouco, a acompanhar as tendências que, nesse campo, se entreviam em todo o mundo.

As duas primeiras Conferências Internacionais de Educação de Adultos patrocinadas pela UNESCO (Elsinor e Montreal) permitiram constatar o papel secundário que a mesma assumiu até a década dos 60. Somente em Tóquio, durante a III Conferência Internacional (1972), é que se verificou que a situação se alterara profundamente: algumas nações relataram experiências que deixaram claro que a educação de adultos não era mais, apenas, o "pagamento da dívida com o passado", mas uma atividade dinâmica, considerada essencial para o aperfeiçoamento da qualidade de vida das suas populações.

No Brasil nada ocorreu de original em relação ao quadro internacional. Pois se já na década dos 40 a formação profissional sistemática surgia fora do sistema de educação escolar\* — o que foi uma grande inovação para aquela época —, elegia como sua clientela a população urbana não-adulta. Se isso ocorria no concernente ao treinamento de mão-de-obra, ao qual se atribuía uma prioridade razoável, em virtude de sua influência imediata nos níveis de produtividade, a situação era ainda mais desfavorável no que diz respeito à educação geral.\*\* O ensino primário supletivo arrastou-se, por longos anos, no imobilismo e no culto a mitos insustentáveis, sem atingir seus objetivos, aliás definidos vagamente. Nos demais níveis de ensino, o supletivo praticamente não existia.

É claro que no Brasil apareceram inúmeras iniciativas no campo da alfabetização de adultos, por exemplo, de caráter episódico ou não; é certo, também, que não faltaram esforços no treinamento profissional da população adulta. Todavia, tratava-se de uma ação nitidamente residual, à qual faltava o apoio adequado.

Foi com a criação do PIPMO em 1964 (Ministério da Educação e Cultura) e do DNMO em 1966 (Ministério do Trabalho e Previdência Social); com a institucionalização da ABCAR (1966); com o ingresso do SENAI (Confederação Nacional da Indústria), e do SENAC (Confederação Nacional do Comércio) na formação profissional de adultos, que o treinamento adquiriu nova escala no país. Do mesmo modo, a ativação do MOBREAL (1970) marcou ponto de inflexão na tendência da educação geral de adultos no Brasil, embora a atividade do MEB não possa ser esquecida, pelo seu pioneirismo e impacto na formação de uma mentalidade nacional receptiva ao trabalho comunitário aplicado no ensino.

Com a Reforma do Ensino, a total mudança de concepção da educação supletiva e a ação renovadora do MOBREAL, nosso País ingressa em uma fase de transição que certamente desembocará na implantação de um sistema de educação permanente.

A demora na aceitação da importância da educação de adultos não foi senão o reflexo do próprio desprestígio da educação. Para os **formuladores de política de desenvolvimento, a educação só foi descoberta nos anos 60**. Outro objetivo deste documento é apresentar a versão brasileira desse processo de conscientização do papel real da educação no progresso nacional (Capítulos 1 e 2).

Este documento está impregnado (Capítulos 3 e 4) da posição filosófica da Secretaria Executiva do MOBREAL diante do conceito de educação permanente, o que é muito importante para a compreensão do papel da instituição (Capítulo 7) em uma visão prospectiva, de mais longo prazo, uma vez que o MOBREAL pretende ser parte primordial desse novo sistema e seu principal agente deflagrador.

(\*) Neste documento, as expressões educação escolar, educação formal, educação regular ou ensino formal, ensino escolar e ensino regular serão tomadas como sinônimos, representando o sistema tradicional de ensino, normalmente projetado para atender à população em idade escolar. O ensino supletivo será apresentado como sinônimo de educação ou ensino extra-escolar. Na realidade as expressões não nos parecem adequadas, especialmente porque subjacentemente pretendem contrapor o escolar ao extra-escolar, o que não corresponde à necessidade de considerá-los complementares, como certamente devem ser.

(\*\*) Educação é tomada, neste documento, como o processo de formação e formação do homem integral. Abrange a educação geral — que forma valores morais, cívicos, culturais, etc. e transmite conhecimentos — e o treinamento (ou formação profissional, ou formação de mão-de-obra), que transmite habilidades, instrumentalizando o homem para o exercício de uma determinada ocupação. A educação geral forma o homem para a vida, inclusive para o trabalho, mas não profissionaliza, como o treinamento, que o prepara para um certo trabalho.

# Os caminhos para a Educação Permanente

## Capítulo 1

### A DESCOBERTA DA EDUCAÇÃO

A educação foi “descoberta”, em toda sua plenitude, apenas na década dos 60.

Em essência, o prestígio crescente da educação derivou do surgimento da “mística do desenvolvimento” que empolgou a todas as sociedades civilizadas do pós-guerra.

Na década dos 50, o esforço de reconstrução das nações envolvidas na guerra e a ação destinada a melhorar os padrões de vida nos países “pobres”, embora guiados pelo mesmo sentido de solidariedade humana e alicerçados em doações e empréstimos igualmente vultosos, apresentavam resultados fundamentalmente distintos: paralelamente aos “milagres” alemão, francês e japonês, ficavam evidentes os fracassos nos projetos dos países asiáticos, africanos e latino-americanos.

Lançado o conceito de desenvolvimento e iniciada a construção de toda a teoria dele decorrente, observou-se, através da pesquisa histórico-econômica, que alguns países aparentemente destituídos de condições para desenvolver-se lograram iniciar esse processo precoce e velozmente.

Essas ocorrências do passado tinham um ponto em comum com a diferença de performance entre “países a reconstruir” e “países a desenvolver”. Os bem sucedidos eram dotados de tradição científico-tecnológica e sistemas educacionais solidamente estruturados.

A observação dessa coincidência levou os teóricos do desenvolvimento a construir toda a moderna teoria dos recursos humanos. Inicialmente, foram os estudos buscando correlações entre níveis de desenvolvimento e níveis educacionais que acabaram por comprovar a relação de causa e efeito entre os mesmos; a seguir, foram as pesquisas visando a determinar as taxas de retorno dos investimentos educacionais, graças às quais constatou-se o seu caráter altamente rentável; finalmente, foram as tentativas econométricas de determinar a contribuição dos fatores de produção à formação da riqueza das nações, concluindo pela existência de um “fator residual” — até então ignorado nos cálculos — mais importante que o capital e o trabalho (este até então tomado em seu aspecto meramente quantitativo), no qual a participação da educação era certamente preponderante.

## Capítulo 2

### O VALOR DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Feita a comprovação histórica de que os padrões educacionais e os níveis de desenvolvimento das nações eram interdependentes, seguiu-se a procura dos respectivos elos de ligação, que serviram de suporte básico para as pesquisas citadas. Analisando essa questão, tanto do ponto de vista individual quanto sob o aspecto social, os economistas construíram um quadro coerente, nitidamente voltado para a produção, que pretendia explicar o mecanismo através do qual se fazia a influência da educação sobre o desenvolvimento:

- a) observando que o homem aplicava-se ao trabalho de modo mais ou menos eficiente, em função de sua preparação geral e específica, atribuiu-se grande relevo à qualificação da força de trabalho para o exercício de atividades produtivas, identificando-se, portanto, o emprego como elo efetivo de ligação entre educação e desenvolvimento;
- b) igualmente, a ciência e a tecnologia, cuja excelência depende do aperfeiçoamento da educação, foram identificadas como parte dessa ligação, pelo fato de gerarem e permitirem a aplicação útil do conhecimento;
- c) finalmente, a administração e a organização, que imprimem às atividades de produção o dinamismo capaz de assegurar o atingimento de seus objetivos finais, compunham essa lista inicial, configurando a notável influência da educação sobre o progresso das nações.

Posteriormente, a reflexão mais profunda sobre o impacto da educação na vida econômica das nações desvendou outros aspectos, igualmente importantes, desse processo de interação.

Verificou-se, por força da própria experiência do período de pós-guerra, que o desenvolvimento não se faz sem a participação intensa das populações, pois que o processo de desenvolvimento implica em ação coletiva, deliberada e decidida. A educação torna o homem mais racional e consciente da realidade do mundo que o cerca, agindo decisivamente no sentido de motivá-lo para a obra do desenvolvimento.

Tal fato liga-se, de certo modo, à necessidade de mudanças na sociedade que caminha para a

modernização. Essas mudanças só se tornam possíveis caso exista uma mentalidade nacional propensa à criação e receptiva à inovação. A educação desempenha importante papel na formação da atmosfera de renovação que cerca as sociedades em processo de evolução.

Não há ação mais duradoura e realista, no sentido de acelerar a mobilidade social, a ascensão na escala econômico-social de acordo com o mérito, do que aquela que se empreende através da democratização de oportunidades de acesso à educação. A mobilidade social é inerente no processo de desenvolvimento, com o qual interage significativamente.

Durante o processo de desenvolvimento, há necessidade de alterar os padrões de consumo e investimento vigentes na sociedade. A educação permite transformar os hábitos de consumo e poupança, dando decisiva contribuição, também por essa via, ao desenvolvimento econômico.

Todos aqueles que trabalham em desenvolvimento conhecem as agruras da transposição das soluções teóricas — aparentemente perfeitas — para o terreno das realizações concretas. A experiência mostra que uma parcela majoritária dos fracassos dos projetos de desenvolvimento decorre dos baixos níveis de educação. Esta, projeta infalivelmente sua influência sobre o sucesso ou insucesso dos programas dos demais setores: saúde, nutrição, desenvolvimento comunitário etc.

Não foi por outro motivo que a ênfase dada à ajuda financeira internacional, logo após a 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, rapidamente deslocou-se para os programas de assistência técnica e, mais recentemente, para a cooperação econômica nos setores de educação geral e treinamento.

No campo cultural, em que o mundo assiste ao choque evidente entre a cultura técnica e a cultura humanística, o setor educacional é o único capaz de criar as pontes entre essas duas formas de civilização, harmonizá-las e realizar sua síntese. E não é exagero dizer-se que dessa síntese muito depende o futuro e até talvez a sobrevivência da Humanidade.

Finalmente cumpre lembrar, para fins de reflexão, que, nesse mundo de escassez, existe um bem ainda abundante e que está sendo subutilizado em todo o mundo, apesar de ser, talvez, o mais precioso à disposição da espécie humana: esse bem é a inteligência, inaproveitada principalmente nas classes menos favorecidas dos países subdesenvolvidos. A educação permite aproveitar esse fabuloso po-

tencial, responsável pela energia criadora e transformadora do homem, cujo valor é indiscutível. Como corolário, deve-se frisar que a “não-educação” apresenta um custo certamente elevado para qualquer país que deseje manter padrões adequados de segurança individual e coletiva, bem-estar e felicidade.

Por isso mesmo, a posição relativa das nações será determinada, cada vez mais, pelo seu sucesso ou insucesso no campo educacional, e os administradores modernos aceitam pacificamente essa tese, embora nem sempre consigam utilizar adequadamente os instrumentos de ação de que dispõem para assegurar a essa atividade a prioridade real adequada.

O fato é que gradualmente a educação recebeu um tratamento prioritário dos “estrategistas do progresso” de todos os países. Com maior ou menor presteza todas as nações passaram a dispensar recursos dos mais ponderáveis ao setor educacional.

Os sistemas educacionais ampliaram-se intensamente. Em todos os casos, porém, a prioridade mais elevada foi conferida à educação das faixas etárias mais jovens. Na ordem das preocupações então surgidas, o treinamento profissional recebia uma segunda prioridade, em função da sua capacidade de influir rapidamente na elevação da produtividade dos vários setores econômicos.

A educação geral de adultos — especialmente nos países subdesenvolvidos, destituídos de recursos mesmo para construir seus sistemas formais de educação, para atender à população infantil e adolescente — encerrava a lista de prioridades.

Mas ainda nos anos 60, o homem sentiu o peso do condicionamento que a evolução científica e tecnológica exercia sobre o seu presente e, com muito mais forte razão, viria exercer sobre seu futuro. O crescimento vertiginoso e as modificações profundas no estoque de conhecimento, associados às transformações das habilidades úteis e sua transferência maciça do homem para a máquina, criaram a sensação de que a educação deve ser um processo contínuo e permanente, à disposição de todos durante toda a vida.

O homem compreendeu que em termos vivenciais, e de seu condicionamento nesse mundo tão cambiante, está ficando gradualmente mais jovem. (Evidentemente — e infelizmente — apenas em termos relativos.) Não só porque a vida média provável se alonga, mas porque o dinamismo científico e tecnológico faz com que o homem se defronte com um número crescente de experiências novas, no âm-

bito do consumo, do lazer, do trabalho etc. Em outras palavras: em relação à educação, à imprescindibilidade de adquirir novos conhecimentos e reformular conhecimentos já formulados, e no que concerne ao aprendizado de habilidades não dominadas anteriormente, nossas necessidades permanecem enquanto durar nossa vida.

Aceita essa afirmação, verifica-se que, em essência, já não há muito sentido na distinção etária para fins de propiciar educação à população:

- a) a inteligência inaproveitada é talvez mais abundante — nos países subdesenvolvidos — entre adultos do que entre os jovens, porque estes já usufruíram ou usufruem de sistemas educacionais menos deficientes. Assim, os grandes movimentos de educação em massa, para adultos, permitem o despertar de inúmeros talentos e, conseqüentemente, agem no sentido de democratizar oportunidades — embora tardiamente — e redistribuir renda;
- b) os choques culturais entre gerações não dependem, para amenizá-los, apenas da ação educacional sobre os jovens: os adultos também devem adaptar-se ao novo mundo, o que se tornaria possível através dos veículos de comunicação social — nem sempre dirigidos nesse sentido — da cultura e da educação;
- c) vitorioso o conceito de qualidade de vida, que transcende o conceito de desenvolvimento, as restrições econômicas contra o investimento na educação dos adultos — que têm menores períodos de vida média útil provável — tendem a ser minimizadas, pois novos valores, não exclusivamente econômicos, serão privilegiados. Afinal os jovens terão mais tempo para viver em um mundo mais feliz. Mas mesmo no caso de perdurar a “tirania do economicismo” deve-se lembrar que o adulto, para aquisição de certos tipos de habilidades e conhecimentos, está melhor equipado que o jovem, permitindo melhores resultados a um dado custo de educação;
- d) a mudança de padrões de consumo e investimento depende fundamentalmente das decisões dos adultos e é sobre eles que se deve atuar para obter os efeitos desejados;
- e) a educação dos adultos age indiretamente sobre os jovens de suas famílias, sobre os quais aqueles detêm grande poder de in-

fluência; é fato comprovado que a demanda por ensino aumenta com o perfil educacional da população adulta;

- f) a criação do espírito comunitário e de participação social, a receptividade à inovação e a propensão à criatividade dependem também, fundamentalmente, da população adulta.

Em resumo, se a educação é imprescindível para as crianças e adolescentes, ela não é menos importante para os adultos, o que aconselha a implantação de um sistema de educação permanente.

### Capítulo 3

#### POR UM SISTEMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

A educação atravessa um momento de inegável prestígio, em todo o mundo. Ao mesmo tempo, e por esse motivo, vive um período de intensa contestação, em todos os seus aspectos. Há quatro pontos, pelo menos, sobre os quais as indagações e inquietações concentram-se e que merecem destaque neste documento.

A primeira grande questão contemporânea, no que concerne à formulação de política de desenvolvimento em geral, e de educação em particular, diz respeito à tradução da prioridade atribuída à educação em termos de recursos relativos carregados para esse setor. A conscientização generalizada da importância da educação vem conduzindo a opinião pública a pressionar administradores, políticos e técnicos a aumentar as verbas para o setor, mas isso nem sempre sucede com a rapidez desejada, o que tolhe os anseios e as necessidades de expansão quantitativa e qualitativa do setor.

Outro grande problema, que se liga àquele referente à expansão do setor educacional, diz respeito ao dilema quantidade versus qualidade. O mundo está vivendo, atualmente, o período de transição entre a educação para a elite e uma educação para todos, que o processo de modernização exige necessariamente. A incapacidade de o setor educacional abranger maiores quantidades, com melhor qualidade, é fruto do seu alheamento às modificações do mundo moderno.

A essas duas questões soma-se uma outra, que aflige hoje a muitos países subdesenvolvidos e, em

menor escala, desenvolvidos. Trata-se de saber qual a resposta correta à pergunta: deve a educação — pelo menos nos seus níveis e ramos profissionalizantes — ter a sua expansão rigidamente condicionada pelas exigências do mercado de trabalho?

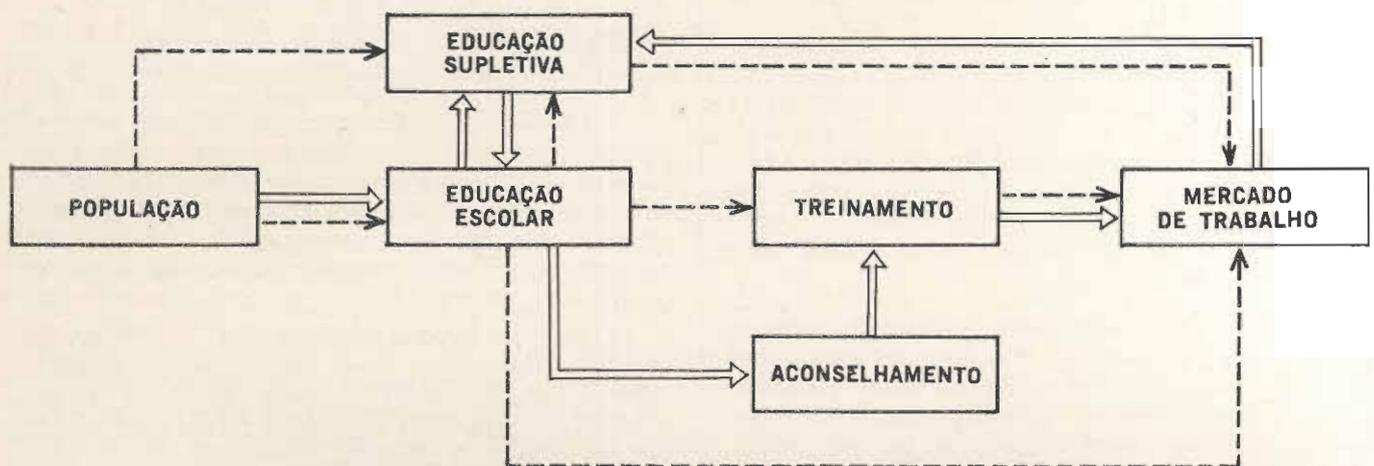
Finalmente, um quarto ponto controverso, que merece ênfase, diz respeito a conflito que se manifesta em relação à complementaridade entre educação geral e educação profissionalizante. Quando deve terminar uma e começar outra? Quando dadas simultaneamente, qual a dosagem adequada de cada uma?

Analisando essas questões educacionais alvo de controvérsias, verifica-se que, em resumo, elas serão solucionadas na medida em que se mude a tecnologia educacional, se estabeleça uma boa política de

utilização de mão-de-obra e se implante um sistema de educação permanente.

A educação deve caminhar no sentido da integração entre o subsistema de educação formal e o subsistema de treinamento para o trabalho, vinculados entre si por um mecanismo de aconselhamento ocupacional e por um mecanismo de educação supletiva, capazes de, a qualquer momento, propiciar a preparação para o trabalho, a volta aos sistemas de educação formal e treinamento e a promoção educacional e ocupacional do indivíduo. **Esse novo sistema**, assim estruturado mais amplo, **seria o sistema de educação permanente**, que todos os países podem e devem começar a estruturar imediatamente, partindo exatamente da ampliação e aperfeiçoamento da sua educação de adultos.

### SISTEMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE



====> — FLUXO BÁSICO DENTRO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

- - -> — FLUXOS MAIS GENERALIZADOS ATUALMENTE

O sistema comporta inúmeras variantes de fluxos além dos ressaltados.

O sistema de educação permanente teria as seguintes características:

1. a atual educação formal concentraria seus esforços, em todos os níveis, na educação geral das faixas etárias que lhe correspondem, com ênfase na formação global do homem e na transmissão de conhecimentos e abandono da preocupação com a habilitação específica;

2. estruturar-se-ia um subsistema de treinamento para o trabalho constituído dos órgãos que já operam sem uma integração sistêmica nessa área (SENAI, SENAC, PIPMO, DNMO, ABCAR, LBA, no caso do Brasil), mas incluindo os vários componentes produtivos da comunidade em geral e as empresas, em particular (estas devem tornar-se, também, de certo modo, agências de treinamento, o que de resto já são na

prática, pois de modo geral recebem trabalhadores desqualificados e os submetem ao treinamento, por ensaio e erro, no próprio trabalho);

3. estabelecer-se-ia um enlace entre a educação formal e o treinamento, constituído de um mecanismo de aconselhamento ocupacional, e entre o mercado de trabalho e a educação formal, através de um mecanismo de educação supletiva. Normalmente, quando um indivíduo deixasse o sistema de educação formal, seria conduzido ao treinamento para o trabalho, guiado pelo aconselhamento. Inversamente, quando estivesse trabalhando e desejasse atualizar-se ou progredir na escala da educação geral, seria encaminhado nesse sentido através de um mecanismo de ensino supletivo (é claro que são possíveis inúmeras variantes);
4. a volta ao sistema de educação formal seria facilitada pelo fato de estar todo ele estruturado à base de crédito e, assim, haver ampla margem de liberdade na escolha do conteúdo de conhecimentos julgados necessários pelo usuário. O conceito tradicional de carreira deixaria de existir mesmo porque, em qualquer nível que estivesse o indivíduo, potencialmente haveria real oportunidade para ultrapassá-lo posteriormente;
5. as empresas englobadas no sistema seriam consideradas agências de treinamento e não parece haver outra solução para atender à tendência moderna de criação de novos setores econômicos e novas profissões, pois o sistema educacional não poderá, economicamente, atingir tal diversificação, no caso do ensino prático profissionalizante.

A solução aqui preconizada é apenas parcialmente compatível com as últimas reformas observadas na educação brasileira, porque estas não separaram nitidamente os subsistemas de educação formal, treinamento e supletivo. Cremos que é preciso modificá-las nesse aspecto. No futuro não haverá alternativa. Daí porque consideramos que essa estratégia deva disseminar-se o quanto antes, prevenindo problemas que já existem e tendem a avolumar-se. É de notar que quase todos os países do mundo — e o Brasil não é exceção — já apresentam condições para iniciar essa tarefa, que não depende de grandes recursos financeiros, pois pode-se aproveitar o sistema de educação formal (sempre existente) e estruturar os órgãos de treinamento e as empresas em um verdadeiro sistema coordenado de habilitação para o trabalho. Seria necessário ampliar a abran-

gência do mecanismo de educação supletiva e (como em quase todos os países subdesenvolvidos) estabelecer o aconselhamento ocupacional. Tal esforço, todavia, seria plenamente compensado pelos excelentes resultados provenientes do novo sistema.

O sistema formal de educação está tendendo mundialmente a dedicar-se somente à educação geral, compreendendo a transmissão de conhecimentos e a sua dimensão de formadora cultural, moral, cívica, etc., excluindo a habilitação para o trabalho.

Essa tendência é sadia, consistente com a evolução do mundo moderno. Cada vez mais, novas responsabilidades estão sendo atribuídas ao sistema formal de educação, o que é natural, pois este é o único canal de passagem obrigatória de toda a população jovem, ainda a ser moldada. Além disso, o conhecimento está crescendo vertiginosamente e os currículos e programas necessitam ampliar-se, já não havendo disponibilidades, dentro das cargas horárias usuais, para atender às novas necessidades emergentes. Sob o ponto de vista socioeconômico, a conclusão é a mesma: a obsolescência das habilidades adquiridas ocorre a períodos cada vez mais curtos; as habilidades, aliás, perdem importância nos setores econômicos mais dinâmicos, transferido o desempenho das funções respectivas, outrora privativas do homem, para as máquinas; por essas razões, quanto maior é o conhecimento do indivíduo, maiores as suas oportunidades atuais e futuras.

Com ampla base de conhecimentos o homem é capaz de, rapidamente, aprender grande variedade de profissões e a elas adaptar-se facilmente, caso isso se faça necessário. Sem essa base, a gama de opções é reduzida e o tempo requerido para o treinamento muito longo, o que significa que o tipo de treinamento é também diferente e o custo respectivo elevado.

Por tudo isso, o tempo dedicado à transmissão do conhecimento crescerá rapidamente, esperando alguns futurólogos, muito acertadamente, que, dentro de algumas décadas, grande parte da educação geral se dedique a transmitir ao estudante a arte — já então uma ciência — de “aprender a aprender”, que girará em torno da capacitação para selecionar, coletar, processar e analisar grandes massas de informação disponível, à base de conhecimentos que informam os grandes princípios científicos.

A essa tendência soma-se outra, também nítida, de que a habilitação específica não mais se verifique nas unidades escolares tradicionais. Aqui, há quase que uma imposição econômica: nas sociedades modernas os setores produtivos tendem a modificar-se e diversificar-se cada vez mais; o número de ocupações distintas multiplica-se drasticamente. Já hoje, mesmo nos países desenvolvidos, o conjunto das

escolas de melhor qualidade não consegue abranger, nem longinquamente, toda a gama de ocupações existentes, pelo fato de não ter condições de adaptar-se rapidamente às novas necessidades, tanto em termos de recursos humanos (professores e monitores) como de equipamento (que se torna muito diversificado e, portanto, acarreta investimentos maciços). Em breve, isto, que hoje já é difícil, tornar-se-á impossível, mesmo com mudança da tecnologia educacional.

Assim, a solução é transferir o ônus da habilitação específica para um outro sistema, mais flexível, que seria constituído pelos órgãos que já fazem treinamento e pelas empresas (tomada a palavra em sentido amplo). Os estabelecimentos que estão, na comunidade, encarregados da produção de bens e serviços, já possuem as instalações e equipamentos necessários ao treinamento e, por força de seus objetivos, mantêm-nos operando enquanto a sua tecnologia é aceitável economicamente; os recursos humanos necessários para operar o sistema de produção ali estão presentes obrigatoriamente; há, normalmente, certa disponibilidade de tempo que pode ser aproveitada para o treinamento. Com um breve treinamento em didática, esses recursos humanos podem servir a finalidades docentes. Assim, todos os elementos necessários estão disponíveis. O fator mais escasso é o tempo, em certos casos específicos, mas ainda que seja necessário sacrificar parcialmente a produção, as compensações excedem as desvantagens. A comprovação dessas vantagens pode realizar-se facilmente: bastaria, para cada caso particular, empreender uma pesquisa quantificando os desperdícios derivados da baixa produtividade por falta de qualificação de mão-de-obra. No início da implantação desse esquema revolucionário, talvez seja preciso criar certos incentivos fiscais para lograr a adesão das empresas; mas o empenho da iniciativa privada, em seus projetos de integração com a escola, se concretizado desde esse novo ponto de vista, resolveria o problema.

## Capítulo 4

### CONDIÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE

#### 4.1 — Economicidade

O investimento educacional, por apresentar notável impacto sobre o processo de desenvolvimento,

cerca-se de características extremamente relevantes quanto aos seus efeitos a longo e médio prazos. Além disso, o setor educacional, analisado instantaneamente, independentemente do seu valor reprodutivo, de longo prazo, é muito importante, pelo fato de ter excepcional peso na economia de uma nação.

Para enfatizar o primeiro aspecto basta recorrer às considerações já alinhadas anteriormente, citando as pesquisas sobre a interdependência entre educação e desenvolvimento econômico, além de alguns fatos históricos incontestáveis, que também comprovam concretamente essa correlação positiva.

Em relação ao segundo, é suficiente enumerar algumas peculiaridades do setor educacional, observadas em todo o mundo:

- a) a população servida pelo setor educacional constitui, em média, 15% a 30% da população total do País, havendo tendência para o alargamento dessa faixa, com a eliminação dos deficits de escolarização e a extensão da escolaridade obrigatória (no Brasil temos quase 25 milhões de estudantes, já superando os 25% da população, especialmente devido ao fato de nossa população ser predominantemente jovem e em face de a clientela do MOBRAL pesar consideravelmente no total de alunos);
- b) a mão-de-obra empregada no setor educacional é muito numerosa e, além disso, apresenta nível de qualificação muito elevado em relação à força de trabalho tomada em conjunto (no Brasil temos cerca de 700 mil professores no sistema escolar, o que corresponde a cerca de 2,5% da força de trabalho total; além disso, quase 20% do pessoal com nível educacional superior estão engajados em atividades docentes ou ligadas à educação);
- c) as despesas realizadas no setor educacional são também enormemente importantes, variando geralmente entre 2% e 7% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países modernos, havendo marcante tendência para que essas percentagens se elevem drasticamente (no Brasil, em 1970, gastamos 3,8% do PIB em educação, correspondendo a quase US\$ 1,3 bilhão; isso sem contar os gastos familiares decorrentes da frequência às escolas e compreendendo transporte, vestuário escolar, material escolar etc.; a taxa real de crescimento anual das despesas públicas em educação no Brasil, no período 1964-1970,

foi de 18,8%, uma das mais elevadas em todo o mundo). Esses investimentos correspondem a parcela relevante do investimento bruto em capital físico, variando entre 15 e 25% desse total.

É de notar, mais uma vez, que só estamos considerando os custos diretos da educação: se computássemos os custos indiretos, que correspondem aos salários deixados de ganhar pelos estudantes para freqüentar os bancos escolares, esse custo adicional igualaria cifra equivalente a 25% a 40% da despesa pública total.

O fato de o investimento educacional ser economicamente tão importante, sob os vários prismas pelos quais se o analisa, adicionado à circunstância de haver tendência para o recrutamento de sua relevância, enfatiza a necessidade de questionar-se acerca do **desempenho** dos sistemas de ensino. Realmente, se esse desempenho não for maximizado, dificilmente se tornará possível arcar com as despesas decorrentes da implantação e operação do sistema de educação permanente.

Para responder às perguntas inerentes a esse tipo de raciocínio, é indispensável lançar-se mão dos conceitos de **produtividade, rendimento e eficiência** dos investimentos educacionais que, analisados em conjunto, definem o complexo conceito de **desempenho**.

A produtividade refere-se ao uso dos fatores em jogo no processo educacional (instalações, professores, material didático etc.), e é tanto maior quanto mais intensa é a utilização desses fatores. O rendimento diz respeito ao progresso dos alunos submetidos ao processo educacional, através de seus vários níveis, e é tanto maior quanto menor é a perda por evasão e reprovação. A eficiência relaciona-se com a utilização do produto final do processo educacional (aluno que foi submetido ao processo) na sociedade. Neste último caso inclui-se toda a problemática de subordinação da educação ao mercado de trabalho. A eficiência é tanto maior quanto melhor for a aceitação do produto final da unidade escolar — o homem qualificado e instruído — pelo mercado de trabalho e/ou pelo nível de ensino imediatamente posterior.

As implicações macroeconômicas e microeconômicas da produtividade, rendimento e eficiência são óbvias.

Sob o ponto de vista microeconômico, a produtividade define o maior ou menor atendimento que pode ser dado por uma unidade educacional, para determinada dimensão dessa unidade. Ao nível macroeconômico, a produtividade é importante porque os dispêndios globais em educação, para uma dada população escolarizada, a um certo nível de quali-

dade de ensino, são tanto menores quanto maior a produtividade média do conjunto de suas unidades.

O rendimento, no nível micro e macroeconômico, configura, para uma determinada quantidade de atendimento, qual a produção obtida, em termos de estudantes aprovados e promovidos ou diplomados. Esse conceito está ligado à qualidade pedagógica do processo educacional e, também, ao potencial individual dos alunos.

A eficiência define a adequação da unidade (nível micro) e do sistema (nível macro) às exigências da sociedade, expressas principalmente pelo seu mercado de trabalho, mas também pelo próprio sistema educacional em seu nível de ensino subsequente.

Esses três conceitos, de cuja observação conjunta deriva o conceito de desempenho, delimitam o âmbito da economia da educação, ramo do conhecimento que trata da eficácia dos investimentos no setor de ensino.

O sistema educacional, em todo o mundo, é tido como de baixa produtividade, rendimento deficiente e eficiência questionável: os custos de produção são elevados; as escalas de produção, por unidade de mão-de-obra, são baixas; os salários de mão-de-obra, insuficientes; a qualidade do produto, heterogênea e deficiente. É verdadeira e bem fundamentada essa crítica. O que, todavia, não é bem entendido é a razão básica de todas essas características do setor educacional.

A base desses aspectos aparentes — já bem identificados — está, na essência, a circunstância, indesmentível mas não percebida totalmente, de que a educação é um artesanato que sobreviveu à Revolução Tecnológica, mantendo-se incólume e mesmo refratária às inovações radicais que ocorreram em quase todos os demais setores da vida das nações no último terço do século XX.

Mas a alteração da tecnologia educacional já se inicia. Sua concretização alterará fundamentalmente os atuais aspectos econômicos do investimento em educação, abrindo novas perspectivas à espécie humana. Porque, mesmo sendo um setor de baixa produtividade, reduzido rendimento e eficiência inadequada, a educação é que permitiu ao Homem elevar-se à sua condição excepcional dos dias presentes. Imaginemos, então, o que resultará de seu aperfeiçoamento radical...

Em resumo, para implementar a educação permanente, que vai atender a todas as faixas etárias (embora não simultaneamente), é imprescindível, inicialmente, melhorar o desempenho do processo, alterando os padrões tecnológicos vigentes. Assim agindo, a questão referente à escassez de recursos para a ampliação e aperfeiçoamento da execução estaria sendo adequadamente respondida.

#### 4.2 — Disponibilidade de Quadros Docentes

Será impossível, à maioria dos países, formar professores em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades decorrentes da implantação de um sistema de educação permanente. E muito menos viável, ainda, sua especialização na educação de adultos.

Surge então, como alternativa, uma vez mais, a adoção de uma nova tecnologia educacional, utilizando meios e métodos modernos que, aliás, pode ter na educação de adultos, já hoje, o seu grande e decisivo teste.

A televisão, rádio, cinema — meios — e a instrução programada — método — são alguns desses instrumentos, a colocar maciçamente no setor de ensino. Mesmo porque, para a ampliação do atendimento atual, não haverá outra alternativa senão com grande sacrifício da qualidade e, portanto, perda de recursos.

É possível, em certos casos e até certo nível de atendimento, adotar meios convencionais e métodos tradicionais, desde que sejam eficientes. O engajamento de professores voluntários, treinados intensivamente, pode apresentar bons resultados imediatos na esfera pedagógica, além de criar o ambiente comunitário propício ao sucesso de certos programas. Mas, a longo prazo, só o abandono do artesanato educacional possibilitará a solução completa para o problema, uma vez que marchamos para a "sociedade discente", em que todos, pelo menos potencialmente, serão estudantes. Os professores devem ser, pois, preparados para o exercício de um novo papel na educação: um papel certamente mais nobre, porém totalmente distinto do atualmente desempenhado como regra geral. A máquina caberá a transmissão do conhecimento; todo papel formativo, por seu turno, será concentrado na ação do professor.

#### 4.3 — Planificação, Gestão e Financiamento

Aceitas as idéias expostas sobre a implantação de um sistema de educação permanente, as técnicas de planejamento, gestão e financiamento do sistema poderão ser definidas dentro dos princípios fundamentais que já se aplicam, presentemente, em grande número de nações.

É claro que as variantes são inúmeras e devem ser ponderadas convenientemente para utilização específica em determinado país, mas a gama de opções é conhecida.

Em nossa opinião pessoal as tendências, quanto a planejamento, seriam:

- a) Planejamento do treinamento — ao nível local, com base em estudos de mercado de trabalho derivados de um sistema de informações montado em agências de colocação, para todos os níveis ocupacionais, exceção

feita aos profissionais de nível superior. Para estes o mercado é territorialmente mais amplo, em função de sua grande mobilidade espacial. Deve-se notar, todavia, que o sistema proposto prevê um mecanismo automático de reajuste da oferta à demanda de mão-de-obra pelo mercado de trabalho. Desde que o subsistema de treinamento seja convenientemente estruturado, bastante ágil e flexível, esse reajuste será enormemente facilitado.

- b) Planejamento de Educação Formal — ao nível nacional, guiado fundamentalmente pelas necessidades de melhoria da qualidade de vida da população e, secundariamente, pelas solicitações do mercado de trabalho. O lema seria: cada vez mais educação, de melhor qualidade, dentro das limitações naturais de distribuição setorial dos recursos nacionais.
- c) Supletivo — ao nível nacional, planificar-se-ia a interferência do poder público nos níveis de supletivo em que a iniciativa privada não pudesse apresentar condições de atuação, por falta de incentivos econômicos. A alfabetização e a suplência ao nível do ensino de 1.º grau interessam a camadas de população geralmente destituídas de condições para arcar com os ônus daí decorrentes, o que aconselha a intervenção estatal maciça. Nos níveis mais elevados o poder público poderia criar as condições iniciais de implementação através de financiamentos, reembolsáveis em prazos variáveis, de acordo com a taxa de retorno dos investimentos educacionais respectivos. A idéia de planejar o supletivo, porém, em seus detalhes, é inviável, por força das próprias características que condicionam sua atuação.

A gestão e o financiamento, por seu turno, estão intimamente ligados:

- a) Educação formal — gestão e financiamento predominantemente públicos.
- b) Treinamento — gestão e financiamento predominantemente por parte das empresas (públicas ou privadas) e associações empresariais (o SENAI e SENAC são exemplos desse caso, no Brasil).
- c) Supletivo — intervenção pública no caso de clientela destituída de recursos ou capacidade de reembolso dos dispêndios respectivos. Nos demais casos, ação predominante da iniciativa privada, que no caso brasileiro terá aqui grandes possibilidades de fornecer e contribuir eficientemente para o desenvolvimento do País.

# A Educação de Adultos no Brasil

## Capítulo 5

### DESENVOLVIMENTO RECENTE DA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

#### 5.1 — Legislação

Com a Reforma do Ensino Primário e Médio, que também abrangeu o Ensino Supletivo, dando-lhe uma nova concepção, mais ampla e avançada, a educação de adultos no Brasil adquiriu as condições legais para um progresso acentuado.

Analisando o desenvolvimento mais recente da legislação da educação de adultos no País, encontram-se duas fases nitidamente distintas:

- de 1961 a 1971, a educação de adultos era concebida e organizada, em parte, conjuntamente com o sistema formal e, em parte, separadamente, caracterizando-se principalmente pela dispersão de esforços e falta de uma política definida e integrada ao ensino formal; em termos de expansão, sofria oscilações ponderáveis;
- de 1971 em diante, constitui-se em sistema separado, porém não estanque, definindo novas perspectivas e permitindo uma real integração com o ensino formal. O ponto principal da nova política de educação de adultos reside na elevação de seu **status** e consequente abandono da anterior posição, meramente residual.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 20-12-61, que marcou a primeira dessas fases, possibilitava a formação de classes especiais ou cursos supletivos para aqueles que não tivessem podido obter educação primária na faixa etária de 7 a 14 anos.

Assim, a organização dos cursos de educação de adolescentes e adultos, de responsabilidade das Unidades da Federação, pelo princípio de descentralização do ensino no País, era similar ao ensino formal, com previsão de adaptação às condições socioeconômicas das regiões e às características do adulto.

No que concerne ao conteúdo pedagógico, visava à transmissão de conhecimentos gerais, obedecendo aos currículos das escolas para crianças e adolescentes e seguindo os mesmos métodos, procurando difundir a globalização dos conhecimentos, como técnica de ensino.

A referida lei oferecia, ainda, condições ao adulto de obter certificados de conclusão do curso ginasial e colegial para maiores de 16 a 19 anos, respectivamente, mediante prestação de exames de madu-

reza, após estudos realizados sem a observância do regime escolar. Os adultos eram preparados para esses exames em cursos oferecidos principalmente pela iniciativa privada.

Tais exames visavam a habilitar o indivíduo ao prosseguimento de estudos de caráter regular, para continuação ou terminalidade, possibilitando, neste caso, o seu ingresso num trabalho produtivo. São estes exames prestados em estabelecimentos de ensino regular indicados, em cada Estado, pelo respectivo Conselho de Educação, e tendem a ser unificados por bairros, cidades, Estados e até por regiões do País.

Além do ensino supletivo, previsto pela LDB e desenvolvido pelas Unidades da Federação, outros movimentos de educação de adultos atuaram e atuam, em âmbito nacional, separadamente do sistema formal de ensino.

Estas entidades visavam, além da alfabetização de adultos, à educação continuada que possibilita a entrada do indivíduo, posteriormente, no sistema regular de ensino ou na força de trabalho. Isto significa que a educação de adultos era conduzida separadamente, mas não como um fim em si mesma. Este fato, acrescido da pouca importância que o ensino supletivo recebia das Secretarias de Educação, levavam à dimensão residual da educação de adultos no Brasil, antes de 1971.

O ensino supletivo, apesar de ligado ao ensino primário comum, com os inconvenientes já citados, trouxe a vantagem de sensibilizar as Unidades da Federação para sua responsabilidade no campo da educação de adultos, se bem que só com o advento do MOBREAL, a ser analisado posteriormente, este ensino supletivo tenha ganho impulso e, principalmente, sentido modernização.

Com a Reforma do Ensino, consubstanciada na Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1.º e 2.º graus, dedicou-se o Capítulo 4 ao ensino supletivo, estabelecendo-se:

"Art. 24 — O ensino supletivo terá por finalidade:

- a) suprir a escolarização regular para os adolescentes e adultos que não a tenham seguido ou concluído na idade própria;
- b) proporcionar, mediante repetida volta à escola, estudo de aperfeiçoamento ou atualização para os que tenham seguido o ensino regular no todo ou em parte.

Parágrafo Único — O ensino supletivo abrangerá cursos e exames a serem organizados nos vários sistemas, de acordo com as normas baixadas pelos respectivos Conselhos de Educação.

Art. 25 — O ensino supletivo abrangerá, conforme as necessidades a atender, desde a iniciação

no ensino de ler, escrever, contar e a formação profissional definida em lei específica, até o estudo intensivo de disciplinas do ensino regular e a atualização de conhecimentos.

§ 1.º — Os cursos supletivos terão estrutura, duração e regime escolar que se ajustem às suas finalidades próprias e ao tipo especial de alunos a que se destinam.

§ 2.º — Os cursos supletivos serão ministrados em classes ou mediante a utilização de rádio, televisão, correspondência e outros meios de comunicação que permitam alcançar o maior número de alunos.

Art. 26 — Os exames supletivos compreenderão a parte do currículo resultante do núcleo comum, fixado pelo Conselho Federal de Educação, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular, e poderão, quando realizados para o exclusivo efeito de habilitação profissional de 2.º grau, abranger somente o mínimo estabelecido pelo mesmo Conselho.

§ 1.º — Os exames a que se refere este artigo deverão realizar-se:

- ao nível de conclusão do ensino de 1.º grau, para os maiores de 18 anos;
- ao nível de conclusão do ensino de 2.º grau, para os maiores de 21 anos.

§ 2.º — Os exames supletivos ficarão a cargo de estabelecimentos oficiais ou reconhecidos, indicados nos vários sistemas, anualmente, pelos respectivos Conselhos de Educação.

§ 3.º — Os exames supletivos poderão ser unificados na jurisdição de todo um sistema de ensino, ou parte deste, de acordo com normas especiais baixadas pelo respectivo Conselho de Educação.

Art. 27 — Desenvolver-se-ão, ao nível de uma ou mais das quatro últimas séries do ensino de 1.º grau, cursos de aprendizagem ministrados a alunos de 14 a 18 anos, em complementação da escolarização regular, e, a esse nível ou ao de 2.º grau, cursos intensivos de qualificação profissional.

Parágrafo Único — Os cursos de aprendizagem e os de qualificação darão direito a prosseguimento de estudos quando incluírem disciplinas, áreas de estudos e atividades que os tornem equivalentes ao ensino regular, conforme estabeleçam as normas dos vários sistemas.

Art. 28 — Os certificados de aprovação em exames supletivos e os relativos a conclusão de cursos de aprendizagem e qualificação serão expedidos pelas instituições que os mantêm.

Deduzem-se, do acima transcrito, as seguintes possibilidades abertas à educação de adultos no País:

de uma organização e administração adequada à dimensão quantitativa da problemática da educação de adultos num país gigantesco como o Brasil; de articulação de vários programas que se dedicam à educação de adultos; de adequar o conteúdo pedagógico às características psicológicas do adulto, atendendo suas necessidades e interesses em situação; de canalizar recursos específicos para atendimento da educação de adultos; de articulação vertical e horizontal de instituições, visando à harmonia do sistema supletivo; de treinamento específico de recursos humanos para atuação na área de educação de adultos.

## 5.2 — A Expansão da Educação de Adultos

A nova legislação, abrindo excelentes perspectivas ao ensino de adultos no Brasil, foi a consequência natural do movimento de renovação educacional promovido pela Revolução a partir de 1964.

Desde então ingressou-se num período de grande dinamismo, marcado por excepcional expansão quantitativa e razoável aperfeiçoamento qualitativo.

No campo quantitativo, os quadros a seguir dão testemunho eloqüente do ocorrido, que permitiu superar o crescimento da população economicamente ativa e da população em idade escolar.

### QUADRO I

#### EXPANSÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO FORMAL BRASILEIRO (1960/1972)

ANO	MATRÍCULAS					PÓS-GRADUADOS
	PRIMÁRIO	MÉDIO			SUPERIOR	
		1.º CICLO	2.º CICLO	TOTAL		
1960	7.456.002	910.283	267.144	1.177.427	93.202	2.488
1961	7.798.732	1.006.807	301.137	1.308.044	98.892	2.689
1962	8.535.823	1.128.600	335.761	1.464.361	107.299	2.794
1963	9.299.441	1.322.593	396.596	1.719.589	124.214	2.991
1964	10.217.324	1.453.671	439.040	1.892.711	142.386	3.195
1965	9.923.183 (1)	1.645.320	509.110	2.154.430	155.791	2.355
1966	10.695.391	1.869.799	593.413	2.463.212	180.109	1.790
1967	11.263.527	2.120.666	688.302	2.808.968	212.882	2.440
1968	11.843.506	2.404.674	801.075	3.205.685	273.295	4.398
1969	12.294.343	2.719.165	910.210	3.629.375	342.886	3.836
1970	12.812.029	3.082.598	1.003.475	4.086.073	425.478	4.995
1971	13.640.367 (2)	3.442.705	1.119.421	4.562.126	561.497	6.305 (2)
1972	14.523.538 (2)	3.955.172	1.318.391	5.273.563 (2)	694.099 (2)	8.837 (2)

(1) Em 1965 houve mudança no critério de apuração, passando-se a considerar a matrícula inicial (no início do ano); até 1964, no ensino primário, mediu-se a matrícula geral, que incorporava todas as matrículas feitas até o início do 2.º semestre, estivessem ou não cursando efetivamente os alunos correspondentes (essa prática não permitia medir nada, pois, além de conter duplas contagens relativas aos alunos transferidos, não considerava as evasões do sistema).

(2) Dados Estimados

FONTE: SEEC/MEC

QUADRO II

TREINAMENTO PROFISSIONAL NO BRASIL

ANOS	ÓRGÃO	PIPMO (*)	SENAC	S E N A I	
				APRENDIZAGEM EM SERVIÇO	ENSINO PRIMÁRIO
1964		15.724	(—)	65.000	43.250
1965		37.844	55.648	85.000	55.293
1966		47.922	65.416	92.300	65.305
1967		56.764	78.125	100.000	74.217
1968		54.756	74.209	117.000	80.678
1969		72.336	93.252	118.200	110.167
1970		81.835	97.143	—	158.256
1971		146.074	111.322	—	195.321
1972		143.426	(—)	—	(—)

(—) Dados não disponíveis.

(\*) Há dupla contagem no quadro, decorrente do fato de o PIPMO não utilizar instalações próprias para ministrar seus cursos. São utilizados estabelecimentos de ensino, empresas, centros do SENAI etc.

QUADRO III

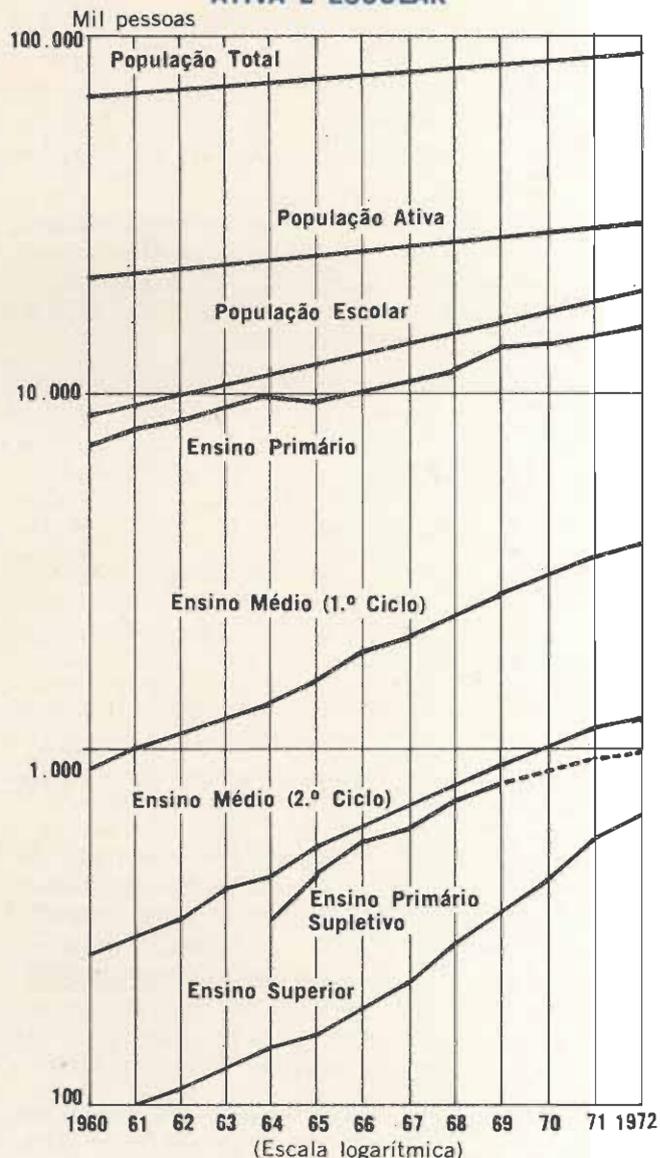
EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA INICIAL DO ENSINO PRIMÁRIO SUPLETIVO (1960/1969)

A N O	PRIMÁRIO SUPLETIVO
1964	314.770
1965	410.973
1966	517.013
1967	587.554
1968	705.731
1969	719.688

FONTE: SEEC

NOTA: Em 1972, em convênio com as Secretarias Estaduais e Municipais de Educação (excetuando, no caso das Secretarias Estaduais, as da Guanabara, Acre, Rio de Janeiro), O MOBRAF atendeu a 880 mil alunos nos seus cursos de educação integrada (12 meses), correspondentes ao primário supletivo. Daí poder deduzir-se que haveria, em 1972, bem mais de 1 milhão de matrículas nos cursos supletivos correspondentes ao antigo primário.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO TOTAL ATIVA E ESCOLAR



Como se depreende dos Quadros foi ainda uma vez conferida elevada prioridade à educação geral, que cresceu contínua e vigorosamente.

No campo do treinamento, a situação tornou-se muito mais favorável, pois embora essa atividade tivesse tomado certo impulso a partir de 1942, com a criação do SENAI e, posteriormente, do SENAC (1946), para aprendizes, apenas a partir de 1964, com a implantação do PIPMOI (hoje PIPMO), a institucionalização da ABCAR (1966) e o surgimento dos programas do DNMO (1968), é que assumiu proporções ponderáveis (SENAI, SENAC, PIPMO, ABCAR, LBA e DNMO estão treinando cerca de 500 mil pessoas anualmente).

O supletivo, que sofria grandes oscilações até 1964, ingressou numa fase de expansão acelerada, robustecida com a ativação do MOBRL, com a grande procura dos cursos de madureza do antigo ginasial e antigo colegial e com o aparecimento de cursos ministrados com a utilização de novas tecnologias educacionais (Projeto Minerva, pelo rádio, e Madureza pela televisão).

Nossa interpretação do que está ocorrendo concretamente no Brasil é que, aceita a importância da educação no processo de desenvolvimento, a distinção entre educação de adultos e educação dos jovens vai perdendo seu sentido, pois em ambos os casos ela é extremamente valiosa e rentável, essencial para uma contínua adaptação a realidades profundamente distintas que se sucedem descontinuamente. Adultos, adolescentes ou crianças, não importa o caso, todos necessitam de mais educação, de melhor qualidade.

Assim, encerrada a fase de quase exclusividade da educação para as faixas etárias mais jovens, resta o nivelamento das prioridades, que ocorrerá na medida em que recursos relativos mais ponderáveis possam ser atribuídos ao setor educacional e novas formas de realizar o processo de transmissão de conhecimentos e habilidades — mais eficientes e econômicas — fiquem disponíveis.

### 5.3 — Mudanças Qualitativas

Há uma forte tendência, já observável, para a implantação de um sistema de educação permanente no Brasil. O sistema formal de educação está tendendo a concentrar-se em educação geral: os oito primeiros anos (o ensino de 1.º grau) são exclusivamente dedicados à educação geral; mesmo o novo ensino médio já tende para a escola compreensiva, embora obriguem as saídas profissionalizantes; no ensino superior, à entrada, implanta-se o vestibular unificado, coerente com um ciclo básico, não profissionalizante, que visa à educação geral e tende a ser comum para todos os estudantes universitários.

Ao sistema de educação formal estão sendo atribuídos encargos maiores: no Brasil, recentemente e com muita propriedade, foram tornadas obrigatórias a educação física — destinada a melhorar a aptidão física da população brasileira — e a educação moral e cívica, destinada a tornar o homem brasileiro socialmente mais apto; ao regulamentar o chamado “núcleo comum”, na Lei de Reforma do Ensino Primário e Médio, o Conselho Federal de Educação mostrou a tendência para alargar as responsabilidades do sistema de ensino, apesar de algumas reações contrárias mas, felizmente, vencidas ao final; nos países desenvolvidos, a tendência é semelhante e um exemplo bastante eloquente disso

é a inclusão, nos programas do ensino fundamental de vários países, da “conservação do meio ambiente”, destinada a ajudar a resolver um problema dramático para a humanidade.

No que concerne ao treinamento, está crescendo a importância do treinamento rápido, nas empresas. O PIPMO é um exemplo dessa tendência, assim como a ABCAR, no caso brasileiro.

Para tentar contornar a não economicidade da habilitação nas escolas da rede formal, buscam-se soluções que deixam entrever o novo esquema: procura-se concentrar a parte profissionalizante do currículo de 2.º grau em escolas de maior porte, que se tornam os centros de convergência dos alunos das demais escolas da sua área de influência, que apenas ministram o conteúdo de educação geral do currículo. Essa, a experiência que se processa em São Paulo, com a Escola Getúlio Vargas, e na Guanabara, com a Escola Celso Suckow da Fonseca. Mas o que serão esses centros, senão grandes empresas polivalentes, com a característica invulgar de não fabricar nenhum bem material, dedicando-se à moldagem do precioso dom da inteligência? O mesmo ocorre no setor primário, com o programa de “Escolas-Fazendas”.

No campo de treinamento, como no educacional, tende-se também, inevitavelmente, a lançar mão de meios e métodos modernos, alterando-se a tecnologia atualmente adotada, além de estabelecer um processo contínuo de avaliação e revisão dos conteúdos dos programas de treinamento. Em 1972 foram treinadas mais de 500 mil pessoas somente nos programas do PIPMO, DNMO, LBA, SENAC e SENAI, excluída a aprendizagem. Apesar de se tratar de um número razoável, ele não atende e não atenderá no futuro, com mais forte razão, à crescente demanda observada no Brasil. Daí, a procura de novos meios e métodos também nesse setor.

Restaria discutir, finalmente, a imperiosa necessidade de atribuir maiores recursos à educação de adultos no Brasil. Isso parece inevitável porque todos os países estão conscientes de que sua posição será cada vez mais ditada pela sua evolução científica e tecnológica e pela sua riqueza em recursos humanos. No Brasil, em 1963, gastava-se 2,6% do PIB em educação. Hoje, vem esta despendendo quatro por cento.

No que concerne ao ensino supletivo, do qual o MOBRL é inegavelmente o grande exemplo brasileiro (atendendo a 4,2 milhões de analfabetos em 1972 por suas Comissões Municipais e a 880 mil recém-alfabetizados, nos seus cursos de educação integrada, modalidade de madureza do antigo primário), o mesmo deve concentrar-se em educação geral, para isso gozando de ampla flexibilidade ope-

racional, mas tendo seus exames para aferição de aprendizagem rigorosamente controlados.

Enquanto o mecanismo supletivo goza de extrema liberdade e flexibilidade operacional, o sistema de educação formal sujeito a algumas normas rígidas (não, todavia, aquelas tradicionais, responsáveis pelos seus muitos fracassos). Em contraposição, na aferição dos conhecimentos adquiridos pelos usuários, o supletivo deve ser muito mais rigoroso e rígido que o sistema formal. O sistema de treinamento, por seu turno, deve situar-se intermediariamente no aspecto operacional — pois deve ser ágil e flexível para atender ao mercado de trabalho — mas pode gozar de certa liberdade na aferição dos resultados dos usuários, pois estes serão submetidos à seleção do mercado de trabalho, que é suficiente (excluem-se as ocupações em que a vida humana pode sofrer alguma espécie de risco).

## Capítulo 6

### ENTIDADES ATUANDO NA EDUCAÇÃO DE ADULTOS NO BRASIL

#### 6.1 — Ministério da Marinha

Reformulando todos os programas de ensino e atualizando os currículos de acordo com a evolução tecnológica, a Marinha, através da Diretoria de Portos e Costas, vem minorando a defasagem entre o preparo técnico profissional do pessoal da Marinha Mercante e a entrada em operação de novos sistemas e equipamentos.

Os programas de Educação de Adultos têm como objetivos:

- erradicar o analfabetismo do seio da classe dos trabalhadores marítimos;
- melhorar o nível de instrução básica de todo o pessoal da Marinha Mercante, sobretudo do integrante das categorias profissionais inferiores, ministrando-lhes ensinamentos que os capacitem ao acompanhamento de cursos profissionais subseqüentes;
- atualizar os conhecimentos técnico-profissionais dos trabalhadores, diante do progresso que a Marinha Mercante alcançou;
- preparar mão-de-obra técnico-profissional nas várias regiões do País, consoante as exigências do mercado de trabalho local; e
- intensificar cursos técnico-profissionais para portuários e estivadores, visando a maior produtividade dos serviços nos portos e terminais.

O ensino marítimo adota novas técnicas, tais como: Audiovisual, Instrução Programada e TV Educativa. Nesse mister conta com a colaboração do PNUD e IMCO (Organização Marítima Consultiva Intergovernamental).

O aproveitamento de milhares de marítimos não-alfabetizados nas regiões Norte e Nordeste (especialmente em Pirapora), só foi possível graças aos cursos de alfabetização funcional da Marinha, que atenderam, em maior porção, fluviários para a tripulação de embarcações construídas na região do Rio São Francisco.

Com a formação e o aperfeiçoamento técnico-profissional do trabalhador do mar, criaram-se condições para que o trabalhador marítimo das categorias de graduados e não-graduados tenham acesso na carreira. Assim, à semelhança do que já é feito para os oficiais, os exames para obtenção e melhoria de cargos vêm sendo substituídos, gradativamente, por cursos de aperfeiçoamento.

Por outro lado, esses cursos vêm permitindo que os navios incorporados à nossa frota comercial, de acordo com os planos governamentais de expansão da Marinha Mercante, possam ser guarnecidos por brasileiros, condição que atende, além do interesse da Segurança Nacional, ao desenvolvimento socioeconômico do País.

#### ATIVIDADES DA DPC

#### PROGRAMA DE ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO 1970

CURSOS	QUANTIDADE
Especiais	51
Atualização	64
Alfabetização	75
Fundamental	33
Aperfeiçoamento	7
<b>TOTAL:</b>	<b>230</b>

1971

CURSOS	QUANTIDADE
Fundamental	53
Aperfeiçoamento	9
Adaptação	1
Atualização	124
Especial e Readaptação	81
Propedêutico	9
Alfabetização	112
<b>TOTAL:</b>	<b>389</b>

CURSOS	QUANTIDADE
Fundamental	82
Aperfeiçoamento	32
Adaptação e Readaptação	10
Atualização	174
Especial	84
Propedêutico	19
Alfabetização e Extensão da Alfabetização	115
<b>TOTAL:</b>	<b>516</b>

NOTA: Estes quadros excluem os cursos realizados nas capitâneas.

CURSOS REALIZADOS NAS CAPITANIAS DOS PORTOS			
CURSOS	70	170	4.021
	71	223	4.630
ALUNOS	72	242	4.330

Os Cursos de Alfabetização da DPC destinam-se a analfabetos marítimos, portuários, estivadores, pescadores e familiares dessas categorias.

O Curso de extensão da alfabetização, por sua vez, dirige-se aos integrantes de qualquer grupo de Pessoal da Marinha Mercante e que hajam concluído com aproveitamento o curso de alfabetização ministrado pelo Ensino Profissional Marítimo ou pelo MOBRAL.

#### 6.2 — Ministério do Exército

O Exército Brasileiro, de longa data, participa significativamente do esforço que se promove no País tendente à erradicação do analfabetismo. Sua colaboração se faz sentir, em maior escala, no atendimento às populações civis situadas em zonas de fronteiras, onde as instalações militares complementam escolas escassas ou mesmo inexistentes.

Ao lado dessa ação educativa, o Exército vem atuando no sentido de que os jovens, mobilizados para o serviço militar, não saiam dos quartéis apenas

com o certificado de reservista, mas também alfabetizados, com um treinamento e sua carteira profissional. Assim, além das escolas regimentais, mantém um Centro de Ensino Técnico-Profissional na Guanabara e cursos de treinamento em alguns Estados, como o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina.

O ingresso de alunos nesses Centros de Treinamento é precedido de testes vocacionais realizados por psicólogos do SENAI e SENAC, e de um levantamento das necessidades locais de mão-de-obra, provido pelo Ministério do Trabalho.

As aulas são ministradas diariamente, em horário noturno. Várias indústrias, entre as quais a Ford-Willys do Brasil, Fábrica Nacional de Motores, Volkswagen, Bosch, Tubulações e Conexões Tigre, General Electric, Ishikawajima do Brasil etc., doaram, a esses Centros, equipamentos de escola-oficina para treinamento de desenhistas, eletricitas, técnicos de refrigeração, soldadores, mecânicos, torneiros, carpinteiros, ajustadores, pintores etc.

Cerca de seis mil alunos, egressos do Serviço Militar foram treinados nos diversos cursos e já aproveitados no mercado de trabalho. Além disso o programa de alfabetização desenvolvido pelo Exército já atendeu, nos últimos anos, a milhares de alunos.

#### 6.3 — Ministério do Trabalho e Previdência Social

No quadro geral da política de formação de mão-de-obra e de expansão das oportunidades de emprego que o Governo Federal vem desenvolvendo, é de grande importância o papel desempenhado pelo Departamento Nacional de Mão-de-Obra. Este órgão, de caráter normativo, está subordinado ao Ministério do Trabalho e Previdência Social. Foi criado em 1966 e tem por fim a pesquisa e análise do mercado de trabalho em todo o País, examinando as condições de oferta e procura de mão-de-obra; a abertura de frentes de trabalho para atender ao crescimento da oferta de mão-de-obra provocada pela explosão demográfica; os problemas de colocação, de formação profissional, de imigração, de registro e identificação profissional.

Para executar a pesquisa e análise do mercado de trabalho, o DNMO processa a coleta, sistematizando dados relativos à população ocupada, necessários ao melhor conhecimento da composição, distribuição e flutuação da mão-de-obra no Brasil. O DNMO opera com três tipos de informações, de periodicidade e complexidade variáveis. Anualmente faz-se um levantamento completo das características individuais de todos os empregados no setor urbano, nas empresas industriais e de serviços, permitindo a elaboração de planos de longo prazo. Mensalmente, todas as empresas urbanas, atuando em indústria e serviços, enviam ao DNMO a lista de

empregados admitidos e demitidos, com suas características ocupacionais.

Decorridos três anos de apurações mensais, essa série estatística vem permitindo determinar os principais problemas cíclicos do mercado de trabalho, suas crises sazonais e conjunturais em todas as Unidades da Federação. Finalmente, as agências de colocação recolhem dados sobre oferta e demanda de mão-de-obra ao nível local, permitindo a compatibilização entre as aspirações das empresas e empregados potenciais.

As atividades do Departamento Nacional de Mão-de-Obra no campo da formação profissional, iniciadas em 1968, contribuem, expressivamente, para a integração dos vários programas de treinamento que se destinam a qualificar, atualizar, aperfeiçoar e especializar mão-de-obra. No desenvolvimento desse esforço conjugado, o DNMO vem estabelecendo convênios com diversos órgãos, entre os quais o Departamento de Ensino Médio do MEC — que coordena os programas do PIPMO; os Ministérios da Marinha e do Exército, o SENAI, o SENAC, e as Superintendências de Desenvolvimento Regional — SUDENE, SUDAM, SUDECO e SUDESUL.

Em 1970 foram treinados, através desses convênios, quase 100 mil trabalhadores desempregados, com os recursos do Fundo de Auxílio-Desemprego.

#### 6.4 — Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR)

A Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural — ABCAR, embora criada em 1956, só foi institucionalizada em 1966, quando passou a coordenar todas as atividades de Extensão Rural no País.

A Extensão Rural tem por objetivo o progresso econômico, social e cultural do homem rural. Como trabalho educativo, é uma forma de investimento para eficientizar os fatores de produção e aumentar o bem-estar. Procura difundir novas práticas de trabalho, criar melhores hábitos de vida, despertar desejos de progresso, incentivar o espírito de iniciativa, aumentar a capacidade de ação, promover a valorização do homem — ajudando-o a ajudar-se; todo o seu esforço, enfim, contribui para acelerar o processo de desenvolvimento e assegurar ao mesmo condições de auto-sustentação.

Suas principais atividades são:

- **educação** — compreende programas, projetos e medidas para a melhor habilitação dos agricultores, suas famílias e comunidades, mormente no que tange ao aspecto de alimentação, saúde e habitação;
- **orientação técnica e econômica** — para colocar ao alcance da população rural o progresso tecnológico e as condições necessárias ao aumento de sua renda; e

— **informação** — como elemento motivador e complemento obrigatório do trabalho educacional e de orientação técnicoeconômica.

O Sistema Brasileiro de Extensão Rural se constitui de uma entidade de coordenação, em nível nacional — a ABCAR —, à qual se filiam 22 Associações de Crédito e Assistência Rural que operam os Serviços de Extensão Rural nas respectivas Unidades da Federação. Tanto a ABCAR, quanto as suas filiais, são sociedades civis, sem fins lucrativos, técnica e administrativamente autônomas, mas harmonicamente articuladas entre si, em função de objetivos, princípios e metodologia de trabalho comuns. Funcionam em regime de cooperação com os Governos (Federal, Estadual, Municipal), órgãos de desenvolvimento regional, estabelecimentos de crédito e entidades privadas. Nesse sentido, a ABCAR reúne cinco categorias de membros: natos, mantenedores, cooperadores, executores e fundadores; entre os primeiros encontra-se o Ministério da Educação e Cultura.

A ABCAR mantém cerca de 1.053 escritórios, que assistem 1.548 municípios. Através de seis centros de treinamento (Manaus, Fortaleza, Recife, Viçosa, Florianópolis e Vitória) são capacitados milhares de técnicos de diferentes profissões, pertencentes a diversas entidades.

Como atividade suporte, a ABCAR vem desenvolvendo ações orientadas no sentido de formação e dinamização de estruturas comunitárias, mobilização de líderes voluntários, canalização de crédito, capacitação de pessoal, incentivos a cooperativas e sindicatos, além de outras que implicam apoio e fortalecimento do trabalho nos setores da produção e do bem-estar. Esses trabalhos se realizam com a cooperação de líderes voluntários e de milhares de organizações comunitárias, abrangendo Conselhos Municipais de Desenvolvimento, Comissões Específicas, Grupos de Agricultores, de Donas de Casa e de Líderes, Clubes de Jovens etc.

A ABCAR já se acha articulada com o PIPMO, órgão que atualmente confere prioridade elevada ao setor agrícola.

#### ATIVIDADES EM 1972

Pessoas alfabetizadas	— 10.497
Escolas construídas	— 291
Escolas reformadas	— 546
Escolas orientadas com preparo de merendas	— 4.300
Escolas com hortas	— 145
Monitores de alfabetização treinados	— 2.569
Professoras treinadas	— 11.560
Líderes treinados	— 3.931
Iniciação escolar orientada	— 4.782

O período 1970/73 deverá significar ação concentrada e renovadora na área de educação, destacando-se a alfabetização e a educação continuada de adultos; expansão e reformulação dos sistemas de treinamento de mão-de-obra, em articulação com os órgãos e entidades já atuantes nesse campo (MOBRAL e PIPMO).

#### 6.5 — Inspeção São João Bosco

A Inspeção São João Bosco, com o programa de Educação de Base e Alfabetização de Adultos, busca fundamentalmente a formação humana.

Seu programa atinge todo o território nacional, havendo maior concentração em nove Unidades da Federação. O trabalho é realizado por voluntários — em sua maioria estudantes do Ensino Médio — e grupos de jovens das paróquias da Igreja Católica. Envolve também funcionários da Caritas (organização católica), da ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), da LBA (Liga Brasileira de Assistência) e membros do Lions e do Rotary.

O trabalho, em geral, realiza-se em Clubes, Colégios, Paróquias, sob a coordenação geral de membros da Congregação Salesiana, pertencentes à Inspeção São João Bosco e liberados especificamente para o desenvolvimento das atividades do programa. Além do ensino direto, a Inspeção São João Bosco fez uma experiência em TV, em 1969. No programa de alfabetização a Inspeção emprega um método (SDB) por ela concebido, tendo promovido também a impressão do material do professor. O treinamento dos monitores é parte integrante do programa. De 1963 a 1971, a Inspeção São João Bosco alfabetizou cerca de 500.000 alunos.

#### 6.6 — Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)

O SENAC é uma organização de caráter privado, criada em 1946 e mantida pela Confederação Nacional do Comércio visando ao preparo de mão-de-obra qualificada para o setor de serviços. Através de uma rede de cerca de 100 escolas e núcleos de treinamento, construídos nos maiores centros comerciais do País, e de suas unidades volantes, ele atende aos seguintes grupos de atividades econômicas: comércio varejista, comércio atacadista, comércio armazenador, turismo e hospitalidade (agências de turismo, de viagens, hotéis e similares) e autônomos do comércio (leiloeiros, despachantes aduaneiros, corretores de imóveis, de mercadorias, representantes comerciais).

Para a consecução de seus objetivos o SENAC dispõe de vinte e um Departamentos Regionais nos diferentes Estados da Federação, na Capital Federal, mantendo cursos diversificados.

Interessa notar que o SENAC, mantendo ensino próprio, atua também em cooperação com outros órgãos, proporcionando, inclusive, bolsas de estudo. Seus programas permitem adaptação às necessidades da classe empresarial em cada região. São executados após pesquisas, tendo em vista soluções mediatas e imediatas para os problemas do mercado de trabalho.

#### ATIVIDADES DO SENAC

1. Cursos Realizados:	1970	1971
a) Matrícula total —>	103.715	125.977
b) Matrícula efetiva —>	88.166	107.622
c) Aprovação —>	74.702	92.082

2. Seminários Realizados:	1970	1971
a) Matrícula total —>	3.790	7.281
b) Evasão —>	—	693
c) Matrícula efetiva —>	—	6.588
d) Aprovação —>	—	6.209

#### 3. Cursos Fornecidos:

- a) Profissionais (para adultos)
  - I) Comunicação, Documentação e Secretariado
  - II) Administrativa
  - III) Vendas
  - IV) Hospitalidade
  - V) Propaganda
  - VI) Higiene e Beleza
  - VII) Turismo
  - VIII) Hospitalização
  - IX) Corretagem
  - X) Serventia
  - XI) Aferição, Classificação de Mercadoria
- b) Para menores
  - I) Ginásio Comercial
  - II) Classes Especiais
  - III) Cursos Profissionais

#### 6.7 — Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

O SENAI é uma organização de caráter privado, criada e mantida pela Indústria desde 1942, que vem preparando pessoal de nível médio, operários qualificados e aprendizes. Sua estrutura administrativa prevê Departamentos Regionais, coordenados por um Departamento Nacional, a exemplo do que sucede com o SENAC. A criação do SENAI, em 1942, um exemplo concreto do espírito pioneiro e do sentido social da empresa privada brasileira.

### ATIVIDADES DO SENAI — 1971

#### 1. Unidades de Operação:

Centros de formação profissional —	157
Centros especiais de treinamento —	60
Escolas Técnicas —	13

#### 2. Matrículas:

Cursos de aprendizagem —	43.037
Treinamento e aperf. de adultos —	99.620
Aperfeiçoamento de supervisores —	43.787
Cursos técnicos —	2.427
Aperfeiçoamento de docentes —	3.799
Formação intensiva SENAI/ PIPMO —	23.601
Treinamento SENAI/DNMO —	21.538
Total de alunos X hora —	55.115.600

#### 3. Nas Empresas:

Aprendizagem no local de trabalho (estimativa) —	50.000
Treinamento, aperfeiçoamento e especialização —	93.971

#### 4. Certificados e Diplomas:

de aprendizagem e cartas de ofício —	12.500
de treinamento e aperfeiçoamento —	153.588
de técnicos —	330

#### 6.8 — Serviço Social do Comércio (SESC)

O Serviço Social do Comércio, entidade particular de caráter social, assistencial e educativo, foi criado em 1946 pela Confederação Nacional do Comércio, sendo por ela mantido.

A partir de 1968 o SESC vem executando programas educativos que denotam preocupação específica com problemas de Educação de Adultos, o que lhe tem permitido contribuir, efetivamente, para o bem-estar do comerciário, para melhoria do seu padrão de vida e de sua família.

Nesse mister, a ação educativa do SESC é desenvolvida, principalmente, nos centros de atividades, ginásios esportivos e colônias de férias, através de cursos, uso de bibliotecas, grupos de atividades sociais, culturais, recreativas e desportivas, participação em movimentos comunitários, etc.

A organização do SESC compreende uma Administração Nacional, que coordena as atividades das administrações regionais desenvolvidas em cerca de 150 cidades espalhadas em todo o território nacional.

### ATIVIDADES DO SESC EM 1970

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS	
Inscrições .....	640
Aulas dadas	
Número .....	825
Frequência .....	16.904
Concluintes .....	560

CURSOS DE VALORIZAÇÃO SOCIAL	
Total	
Inscrições .....	66.089
Aulas dadas	
Número .....	99.120
Frequência .....	1.136.022
Concluintes .....	54.451

### ATIVIDADES DO SESC EM 1971

ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS	
Inscrições .....	996
Aulas dadas	
Número .....	3.857
Frequência .....	134.657
Concluintes .....	734

CURSO DE VALORIZAÇÃO SOCIAL	
Total	
Inscrições .....	72.471
Aulas dadas	
Número .....	116.715
Frequência .....	1.665.159
Concluintes .....	59.660

## 6.9 — Serviço Social da Indústria (SESI)

O Serviço Social da Indústria, criado em 1946, objetiva atingir padrões mais elevados de bem-estar social para os trabalhadores e seus dependentes, estabelecendo um programa permanente de valorização do Homem Brasileiro.

As atividades básicas do SESI dirigem-se para a Educação, Nutrição, Recreação e Assistência Médica do trabalhador industrial brasileiro.

No tocante à educação de base o SESI oferece, além da educação primária, cursos regulares para alfabetização de adultos que, no triênio 1967/1969, atingiram a 45.250 matrículas e 17.771 alfabetizados.

Além da educação de base, o SESI oferece cursos de formação profissional que, no triênio 1967/1969, qualificaram 4.203 trabalhadores, em um total de 212 cursos.

A distribuição das atividades do SESI por todo o território nacional colocam-no como organização indispensável ao apoio de outras organizações, como o MOBRAL, que se disseminam de uma maneira ainda mais extensa por todo o País.

Tomando-se apenas o SESI de São Paulo, em 1970, foram operadas 3.200 classes do antigo curso primário, 106 classes de ensino pré-primário e 1.176 classes de supletivo.

## 6.10 — Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra (PIPMO)

O Governo Federal criou, através do Decreto n.º 53.324, de 18-12-1963 o Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra Industrial — PIPMOI. Iniciando suas atividades em 1964, seu alvo imediato foi preparar técnicos em Mecânica, Material de Transportes, Eletrotécnica, Química e Construção Civil, uma vez que, nessas áreas, se registrava a maior necessidade de mão-de-obra qualificada.

A experiência do PIPMOI e sua repercussão em outras áreas governamentais provocaram considerações sobre a conveniência de serem atendidos, por igual, os setores econômicos primário e terciário. O PIPMOI transformou-se em PIPMO (Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra).

Inscrito dentre os Projetos Prioritários do Governo Federal, o PIPMO, consoante o Plano Setorial de Educação e Cultura — 1972/1974, deverá preparar, neste triênio, um total de 550.000 novos profissionais distribuídos pelos seguintes setores: primário — 150.000; secundário — 183.000 e terciário — 217.000.

De acordo com a legislação que o criou, o PIPMO tinha por objetivos:

- especializar, retrainar e aperfeiçoar o pessoal empregado na indústria;
- habilitar profissionais para a indústria; e
- preparar pessoal docente, técnico e administrativo para o ensino industrial.

Dada a reformulação, que estendeu suas atividades aos demais setores de produção, seus objetivos ampliaram-se para:

- treinar novos profissionais para as atividades primárias, secundárias e terciárias; e
- aperfeiçoar, retrainar e especializar o pessoal já empregado.

O PIPMO tem sua ação estendida a todos os níveis de profissionalização, o que se torna óbvio se considerarmos as diferentes faixas de treinamento: — operários (semiquilificados ou qualificados); supervisores (agentes de mestria); auxiliar técnico ou administrativo (especialistas); técnicos e engenheiros; gerentes e administradores; pessoal docente (professores e instrutores) etc.

Sendo específica sua área de atuação, em que somente a parte essencial de cada ocupação é incluída nos cursos intensivos, o programa se dirige a maiores de 18 anos.

O PIPMO exerce sua ação em todas as Unidades da Federação. A formulação dos cursos, sua localização, a definição de níveis e especialidades a serem atendidas decorrem de levantamento da demanda de mão-de-obra e de recursos materiais e humanos oferecidos pela comunidade para a sua realização.

Dentro do princípio de descentralização administrativa, e não possuindo bases físicas, sua atuação é efetivada através de convênios com entidades educacionais, empresas, organismos federais, estaduais e municipais e entidades privadas.

Basicamente, o PIPMO é constituído de um Grupo-Tarefa de Coordenação Nacional e os Grupos-Tarefa de Coordenação Estadual.

Desde a inauguração de suas atividades (1964), até 1972, o PIPMO já preparou um total de 658.802 profissionais.

Em 1973, o MOBRAL transferirá Cr\$ 1.500.000,00 ao PIPMO, através de convênio, para cobrir as despesas de treinamento de 30 mil alunos formados em seus cursos de educação integrada.

## 6.11 — Legião Brasileira de Assistência (LBA)

A LBA situa-se entre as instituições que colaboram na execução das metas do Governo no setor de educação de adultos.

O Departamento de Educação para o Trabalho da LBA está unindo seus esforços aos do MOBRAL, no sentido de estenderem seus Cursos de Educação Para o Trabalho, aos alunos egressos do MOBRAL. O MOBRAL, por sua vez, atenderá em seus cursos os alunos que lhe forem encaminhados pela LBA.

A LBA vem desenvolvendo uma atuação conjunta com o PIPMO, também do MEC, de cujos programas de treinamento a LBA é entidade executora.

## ATENDIMENTO NA FORMAÇÃO PARA O TRABALHO DA LBA EM 1971

EXECUÇÃO DIRETA	N.º CURSOS	N.º ALUNOS
BRASIL	961	24.175
EXECUÇÃO INDIRETA	N.º CURSOS	N.º ALUNOS
BRASIL	1.575	38.931
<b>TOTAL:</b>	<b>2.536</b>	<b>63.106</b>

### ATENDIMENTO GERAL 1971 — SEGUNDO SETORES

AGROPECUÁRIO	ARTESANAL	CULTURAL	DOMÉSTICO	OFÍCIO	TOTAL
ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS	ALUNOS
3.315	9.167	10.181	8.113	32.330	63.106

### ATENDIMENTO GERAL DA LBA EM 1972

— Alunos qualificados profissionalmente através de 6.000 cursos de educação para o trabalho	113.106
— Monitores de alfabetização treinados	2.000
— Projetos de assistência ao pré-escolar	82
— Projetos de nutrição e alimentação	200
— Convênios:	
● Serviço Social	
● Educação Para o Trabalho	3.476
● Medicina	

### 6.12 — Ensino Supletivo

O Ensino Supletivo no Brasil atingia tradicionalmente o nível equivalente ao antigo curso primário, sendo predominantemente estadual. Esforços municipais e privados complementavam o quadro. O ensino supletivo estadual, além de ter sido tradicionalmente o principal elemento de educação de adultos no Brasil, através dos Convênios de Educação Integrada celebrados com o MOBREAL, passa por um processo de modernização que deverá permitir-lhe um crescimento substancial de matrículas nos próximos anos. Além da clientela tradicional, que permitiria uma expansão apenas vegetativa deste

subsistema de ensino, existirá uma clientela adicional de alfabetizados pelo MOBREAL, todos eles encaminhados para as redes regulares do ensino supletivo onde, por sinal, já não encontram vagas disponíveis em número suficiente, por força de sua grande expressão quantitativa (2,3 milhões em 1972).

Este ramo de ensino terá mais um elemento de pressão para sua expansão acelerada, na imperiosa integração do ensino supletivo com o ensino formal, para montagem adequada do sistema de Educação Permanente.

As transformações por que passará o ensino supletivo serão inicialmente apenas quantitativas mas, ainda em curto prazo, alterações qualitativas profundas deverão ser realizadas. O MOBREAL, através da generalização de seus experimentos, após avaliação criteriosa, contribuirá decisivamente para a transformação das redes regulares de ensino primário supletivo estadual e municipal.

Este ramo de ensino é predominantemente de responsabilidade **Estadual** e localizado no setor **Urbano** (em 1969, representavam, respectivamente, 75% e 82% do total de matrículas). O ensino **Municipal** é o que se segue em importância, com 15% das matrículas totais.

No período 1964-1969 o ensino primário supletivo cresceu 129%, ou seja, 18% anuais cumulativos. Estima-se que o ensino supletivo atendeu a mais de 1.000.000 de alunos, quase todos já com convênios firmados entre as Secretarias de Educação e o MOBREAL (880 mil alunos em 1972). Adotando-se essa estimativa como verdadeira — ela é muito pessimista — o crescimento, no período 1964-1972, situa-se em 16% anuais, no mínimo.

Além disso, nos últimos anos, têm-se desenvolvido sobremaneira os cursos livres, principalmente da iniciativa particular, no sentido de preparar os alunos para prestação de exames de madureza correspondentes ao antigo ginásio e ao antigo colégio, ou seja, exames supletivos que permitem obtenção de certificados respectivamente de 1.º e 2.º graus.

Não há estatística disponível sobre o movimento desses cursos livres em todo País, mas é de crer que pelo menos meio milhão de pessoas estejam envolvidas nessa preparação.

Aliás, o Supletivo de 1.º e 2.º graus vem se constituindo numa alternativa para a iniciativa privada, que já não pode mais concorrer com os sistemas públicos de ensino na manutenção de escolas formais de 1.º grau e 2.º grau. Talvez esteja aí, já esboçado, o caminho para sobrevivência da iniciativa privada educacional em nosso País, cuja contribuição para o nosso desenvolvimento foi extremamente profícua, não devendo, portanto, ser desprezada no futuro.

Há ainda um grande número de iniciativas de caráter privado em educação profissional, especialmente em São Paulo e na Guanabara.

### 6.13 — Programas de Educação de Adultos com Utilização de Novas Tecnologias

#### a) Serviço de Radiodifusão Educativa. (Projeto Minerva)

Este projeto, desenvolvido pelo Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação e Cultura, iniciou-se em 1970.

Os diversos programas produzidos pelo Projeto Minerva são difundidos através de uma cadeia nacional de emissoras comandada pela Rádio Ministério da Educação, cuja transmissão, por microondas, é fornecida pela EMBRATEL — Empresa Brasileira de Telecomunicações. Nas regiões do País em que a EMBRATEL não opera, a difusão é efetivada através do tráfego de fitas magnéticas, escolhendo-se, em cada Estado, uma rádio monitora (a mais potente), que fornece o som às demais.

O Projeto destina-se à complementação do trabalho dos sistemas educacionais regulares. Pode abranger qualquer nível de escolaridade, quaisquer setores de divulgação ou orientação educacional, pedagógica ou profissional ou, ainda, prestar informações sobre unidades ou sistemas escolares de interesse das audiências.

A recepção assume duas formas distintas: a **organizada**, realizada para grupos de 25 a 35 alunos, que acompanham as aulas sob a orientação de um líder (monitor), em recinto que disponha de um aparelho receptor (radioposto) e utilizando-se apostilas adequadas ao acompanhamento; a recepção **isolada**, que consiste no acompanhamento individual das aulas pelo aluno, em sua própria residência.

O MOBREAL realizou um primeiro convênio com o Projeto MINERVA, visando ao treinamento de alfabetizadores, em 1972, cobrindo todo o território nacional. Foram treinados 90.500 alfabetizadores, reunidos em 4.420 radiopostos, dirigidos por igual número de monitores. Atualmente o SRE está radiofonizando, para o MOBREAL, um curso de educação integrada experimental, a ser veiculado pelo rádio no Estado do Rio Grande do Norte e atingindo a 10.400 alunos, agrupados em 340 radiopostos.

#### b) Fundação Centro Brasileiro de TV Educativa

Criada sob a forma de Fundação pela Lei n.º 5.198, de 3 de janeiro de 1967, a FCBTVE tem como finalidades a produção, aquisição e distribuição de material destinado à televisão educativa.

A FCBTVE, além do treinamento de pessoal técnico especializado para a televisão educativa, vem fazendo programas destinados à Educação de Adultos, sobre Ciências, Matemática, Conhecimentos Gerais, Educação Familiar, Iniciação Artística e assuntos de interesse da comunidade.

Em 1973, a FCBTVE pretende executar seu Projeto do Curso Intensivo de Ensino Primário, com uma programação apoiada em altos padrões de tecnologia pedagógica, que terá caráter experimental. Este objetiva o atendimento de uma faixa de adultos, com curso primário incompleto, que aspiram obter seu certificado de conclusão das quatro primeiras séries do ensino de 1.º grau, já exigido em vários Estados para ingresso em empresas privadas ou públicas sem o pagamento de uma multa equivalente a 50% do salário-mínimo estadual.

O MOBREAL assinou convênio com a FCBTVE visando a produção de um programa bivalente de treinamento de alfabetizadores pela televisão e que, ao mesmo tempo, permitirá, com a ajuda de monitores, alfabetizar telespectadores reunidos nos telepostos que o MOBREAL instalará. Esse projeto de alfabetização pela televisão é encarado pelo MOBREAL como experimento, enquanto o treinamento de alfabetizadores será estendido ao maior número possível de assistentes.

#### c) Fundação Padre Anchieta

Em 1967 o Governo do Estado de São Paulo instituiu a Fundação Padre Anchieta, Centro Paulista de Rádio e TV Educativa.

Após 21 meses de pesquisas, na elaboração de seu projeto e na construção e instalação de suas estações de rádio e TV, a Fundação Padre Anchieta, em junho de 1969, iniciou sua programação.

Visando a atingir todas as faixas socioeconômicas-culturais da população coberta por suas emissões, e atendendo ao seu fim educativo, a Fundação Padre Anchieta estabeleceu três linhas diárias de programas: artísticos, culturais e de ensino.

Em relação ao ensino estabeleceu-se o seguinte plano de ação:

- Cursos de Alfabetização e Primário Intensivo para Adolescentes e Adultos;
- Curso Ginásial Intensivo (Madureza Ginásial); e
- Curso Colegial com Caráter Técnico ou Profissionalizante.

Vale notar que a partir de junho de 1970 a programação de ensino da Fundação passou a ser emitida em vários Estados do País, pelas emissoras de rádio e televisão.

#### d) Movimento de Educação de Base — MEB

O Movimento de Educação de Base (MEB), entidade socioeducativa, sem fins lucrativos, foi criada em 1961 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. O MEB originou-se das experiências de Educação de Adolescentes e Adultos desenvolvidas pelo Episcopado Brasileiro em Natal e Aracaju. Organizado em 1961, passou a desenvolver seu trabalho atingindo vários Estados brasileiros, notadamente os do Nordeste.

Em 1970, a ação do MEB abrangia 8 (oito) Estados, num total de 147 municípios. Seus programas educativos destinam-se às populações rurais. O MEB objetiva a educação da população rural, definindo a educação como um processo de integração na cultura. Sua ação educativa pretende desenvolver as potencialidades individuais, preparando o homem para sua realização pessoal e para transformá-lo num agente de mudança e desenvolvimento social.

A metodologia educacional, escolhida pelo MEB, inspira-se em vários métodos e experiências de Educação de Adultos, compreendendo:

- promoção comunitária pela prestação de serviços;
- associativismo;
- animação popular;
- organização e desenvolvimento da comunidade.

A equipe de cada sistema planeja e executa um programa educacional local, treinando, nas comunidades atingidas, animadores e voluntários.

As atividades educativas podem ser classificadas em três tipos:

- **Atividades Cooperativas**, em benefício dos participantes do grupo, pela ajuda mútua, e em benefício da comunidade.
- **Atividades Recreativas**: clubes de futebol, festas folclóricas.
- **Atividades de Capacitação e Formação**, através de clubes voltados geralmente para aprendizagem e ensino de corte e costura, enfermagem, puericultura e de atividades escolares.

As escolas do MEB são instrumentos para todas as atividades de Animação Popular visando à transmissão de conhecimentos gerais que possam atender às necessidades dos educandos, possibilitar a integração cultural e econômica, além de ser um meio de dinamização das comunidades.

As escolas foram inicialmente, em sua maioria, radiofônicas, utilizando sistemas de recepção organizada. Recentemente, foram criadas inúmeras escolas não-radiofônicas para atender outras áreas. A ação alfabetizadora do MEB é agora totalmente apoiada por material didático, doado pelo MOBRL, segundo termo assinado em março de 1973.

No período de 1961 a 1971 o MEB alfabetizou 526.900 pessoas. Em 1972 o MEB atendeu a cerca de 25 mil analfabetos, realizou cursos de formação profissional para 10 mil pessoas e cursos de educação continuada para cerca de 9 mil alunos.

O MEB tem contado sempre com recursos federais, repassados pelo MEC, e recursos provenientes de convênio com a SUDENE, além de financiamento e doações de entidades nacionais e internacionais.

## Capítulo 7

### A POSIÇÃO DO MOBRL

O MOBRL caracteriza-se pelo objetivo básico de formar o homem total, para o exercício global de suas funções na sociedade moderna.

Considerando que no mundo moderno a formação do homem integral é um processo dinâmico, de complexidade crescente, exigindo uma ação duradoura, que persista durante toda a vida, o MOBRL pretende atingir seu objetivo contribuindo decisivamente para a implantação, no Brasil, de um sistema de educação permanente, do qual sua clientela possa usufruir.

Os programas educacionais, culturais e comunitários do MOBRL estão sendo idealizados e implementados dentro dessa concepção. Aliás, deve-se notar que educação permanente, produção cultural e desenvolvimento comunitário são interdependentes e, na concepção do MOBRL, não devem coexistir isoladamente.



O MOBRAL, em todo o território nacional, atende sua clientela potencial nos cursos de alfabetização e educação integrada e desenvolve, com os alunos, atividades de caráter comunitário e cultural. Atualmente, está sendo preparado o pré-teste, em municípios do Estado de São Paulo, de baterias de testes expeditos para orientação profissional em colaboração com o Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas. Essas baterias foram construídas e validadas para a população masculina entre 16 e 20 anos, em decorrência de estudos e pesquisas que duraram 2 anos e foram efetuadas pelo ISOP sob o patrocínio do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Essas baterias, adaptadas à população brasileira, serão aplicadas a todos os alunos do MOBRAL, provavelmente no início de 1974.

Deve-se notar que, em virtude de sua flexibilidade, o MOBRAL, ao nível local, já desenvolve, em certos casos, esse tipo de atividade de aconselhamento. Como exemplo pode-se citar o caso do Município da Capital do Estado de São Paulo, em que os alunos egressos do MOBRAL recebem treinamento após testados pela Secretaria de Bem-Estar Social, à qual está vinculada a Comissão Municipal do MOBRAL.

No que concerne ao treinamento profissional, o MOBRAL possui convênios assinados com a Fundação Gaúcha do Trabalho (que, subsidiada pelo DNMO, do Ministério do Trabalho, atenderá a 10 mil egressos dos cursos no MOBRAL no Rio Grande do Sul) e PIPMO (que, em 1973, atenderá a 30 mil alunos egressos do MOBRAL, treinando-os em ocupações dos setores econômicos primário, secundário e terciário). Está em vias de assinatura convênio com a LBA, no mesmo sentido. Estuda-se a possibilidade de fazer convênios ao nível federal com ABCAR, SENAI, SENAC e DNMO. Ao nível local essas entidades já colaboram ativamente com o MOBRAL.

Deve-se frisar que, ainda em virtude da flexibilidade operacional das Comissões Municipais do MOBRAL, muitas delas possuem cursos próprios de formação profissional, além de, em certos casos, já manterem ligações com os órgãos citados (SENAI, SENAC, ABCAR, PIPMO, LBA etc.) que lhes permitem a qualificação profissional dos egressos dos cursos de alfabetização e educação integrada. Todavia, o MOBRAL Central não dispõe de informação sistemática e completa sobre essas atividades.

A colocação dos alunos do MOBRAL em empregos disponíveis é outra atividade muito usual nas Comissões Municipais e que deverá sofrer certa sistematização ainda em 1973. Essa sistematização será acompanhada de coleta de informação sobre oferta e demanda do mercado de trabalho local, que permitirá, ao fim de certo tempo, planejar com precisão as atividades de formação profissional que se guiarão pelas necessidades dos setores de produção.

Uma vez colocado no mercado de trabalho e durante seu exercício profissional, o antigo mobralense poderá retornar aos cursos do MOBRAL cuja tendência é dispor de toda a gama de ensino supletivo, desde a alfabetização até a Universidade. No momento o MOBRAL concentra-se na alfabetização e no supletivo correspondente às 4 primeiras séries do ensino de 1.º grau, por motivos óbvios: em 1970 o Censo Demográfico acusava uma população economicamente ativa composta de 29,5 milhões de pessoas, das quais 19 milhões (64%) não possuíam sequer 4 anos terminados de educação. Somando-se os "não-economicamente ativo" (36,5 milhões), isto é, para o total de 66 milhões de habitantes com 10 anos e mais de idade, quase 44 milhões não possuíam mais de 3 anos terminados de educação. Desses, 7,3 milhões possuíam 3 anos de escolarização; 7,0 milhões haviam completado dois anos de educação; 5,4 milhões tinham 1 ano terminado de educação; 21,1 milhões não sabiam ler e escrever; os restantes, não declararam o grau de instrução ou tinham idade ignorada.

Diante desse perfil educacional e considerando a disposição do Governo Revolucionário em promover a democratização de oportunidades e, conseqüentemente, a redistribuição de renda no País, é natural que o MOBRAL, eficaz instrumento dessa política, ataque maciçamente a educação, partindo da base.

É evidente que essa orientação-mestra não impedirá o MOBRAL de, eventualmente, efetuar experimentos em níveis educacionais mais avançados. Todavia, por alguns anos mais, a alfabetização constituir-se-á na principal atividade da instituição.

Para atingir seu objetivo de proporcionar às camadas mais desfavorecidas da população brasileira o ingresso em um verdadeiro sistema de educação permanente, o MOBRAL articula-se em todos os órgãos nacionais que atuam em educação geral e/ou treinamento de adultos e promove a conscientização das comunidades acerca de seu papel no campo educacional. O MOBRAL participa da idéia de que o problema da educação só será resolvido quando atingirmos o estágio da "sociedade discente-docente". Em outras palavras, e educação é uma tarefa de todos — de toda população e de toda comunidade — e que deve ficar à disposição de todos durante toda a vida.

A viabilidade de estabelecer essa "sociedade discente-docente" depende fundamentalmente da introdução de tecnologias avançadas de educação, que permitam ao processo ensino-aprendizado deixar a fase artesanal em que ainda se debate e se deteriora — por força das novas condições mundiais —, vivendo uma revolução que signifique a superação de falsos dilemas do tipo "quantidade versus qualidade", "ensino técnico versus ensino humanístico", "educação geral versus educação profissionalizante".

---

Por tudo isso, o MOBRAL vem desenvolvendo vários projetos na área de novas tecnologias educacionais. Sua estratégia, neste caso, tem consistido em atribuir prioridade ao treinamento de alfabetizadores e professores, partindo do pressuposto que os docentes treinados pelos novos meios e métodos terão, futuramente, muito maior propensão e facilidade em aceitá-los e utilizá-los nas suas atividades de ensino. Para manter suas características de economicidade o MOBRAL limita-se ao uso primordial dos meios de comunicação de massa, que podem ser associados a material de apoio audiovisual ou sob forma de instrução programada.

Dentro dessas linhas filosóficas e de ação o MOBRAL firma-se no Brasil como agente de mudança e agente de inovação, exercendo sua pressão positiva sobre os demais componentes do sistema social brasileiro, em constante e rápido processo de aperfeiçoamento sob a égide da Revolução de 1964.